CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
PARA AS ESCOLAS DO 2º E 3º CICLO E SECUNDÁRIAS

CADERNO DE ENCARGOS

Proc.º 293/DCOP/AG/2020

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS 4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS 4
Cláusula 1ª - Objeto 4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual 4
Cláusula 3ª - Disposições e Cláusulas por que se rege a prestação do serviço 4
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 4
Secção I - Obrigações do adjudicatário 4
Cláusula 4.ª - Prestação de serviços 5
Cláusula 5ª - Prazo da prestação de serviços 5
Cláusula 6ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário 5
Cláusula 7ª - Responsabilidade 5
Cláusula 8ª - Objeto do dever de sigilo 5
Cláusula 9ª - Prazo do dever de sigilo 6
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais 6
Cláusula 10ª -Gestor do Contrato 6
Cláusula 11ª - Preço contratual 6
Cláusula 12ª - Preço base 6
Cláusula 13ª - Condições de pagamento 7
Cláusula 14ª - Adiantamentos 7
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução 7
Cláusula 15ª - Penalidades contratuais 7
Cláusula 16ª - Resolução por parte da Câmara Municipal 8
Cláusula 17ª - Resolução por parte do adjudicatário 9
Cláusula 18ª - Força maior 9
Capítulo IV - Resolução de litígios 10

Cláusula 19ª - Foro competente 10

Capítulo V - Disposições finais 10

Cláusula 20ª - Publicidade 10

Cláusula 21ª - Comunicações e notificações 10

Cláusula 22ª - Contagem dos prazos 10

Cláusula 23ª - Legislação aplicável 10

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS 10

Cláusula 24ª - Especificações técnicas 10

REQUISITOS DA EMPRESA A CONTRATAR 11

A empresa a contratar deverá. 11

a) Ter certificação pela ISO 9001 referente ao sistema de gestão de qualidade no âmbito compatível com a prestação dos serviços que constituem a designação deste procedimento (consultoria na área alimentar) 11

b) Ter próprio ou contrato com laboratório de análises certificado. 11

c) Ter comprovativo da prestação de serviços de consultoria na área alimentar, a entidades públicas ou privadas, no âmbito do acompanhamento de sistemas HACCP até à respetiva certificação por uma entidade externa para o efeito acreditada e/ou renovação/manutenção da certificação (HACCP ou ISO 22000) 11

- **SERVIÇOS A PRESTAR** 11

4. LOCAIS A EFETUAR AUDITORIA: 13

- **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA:** 13

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de auditoria externa e avaliação do serviço prestado pela entidade fornecedora do programa alimentar dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário do concelho de Cascais.

Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

1. Quando aplicável o adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro na sua redação atual do Dec. Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto.

Cláusula 3ª - Disposições e Cláusulas por que se rege a prestação do serviço

1. O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O presente caderno de encargos;
d) A proposta adjudicada;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Abrace o ambiente – Adira à fatura eletrónica

Cláusula 4.ª - Prestação de serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

2. A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

Cláusula 5ª - Prazo da prestação de serviços

A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato deverá ser executada no período de 10 (dez) meses que se prevê seja de 1 de setembro de 2020 ate ao final de junho de 2010 e conforme planeamento descrito na cláusula 24º deste caderno de encargos, desde que o inicio ocorra após a data de envio da requisição da Câmara Municipal de Cascais, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo

Cláusula 6ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (Gabinete de Coordenação e Gestão do DED) através do gestor do contrato conforme cláusula 10ª deste caderno.

2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

Cláusula 7ª - Responsabilidade

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.

2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.

3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

Cláusula 8ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais

Cláusula 10ª -Gestor do Contrato

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

Cláusula 11ª - Preço contratual

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.

3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
   a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
   b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
   c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
   d) Encargos com telecomunicações e correios;
   e) Tradução de documentos;
   f) Reprodução de documentos;
   g) Equipamento e consumíveis de escritório.

4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 12ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade da prestação dos serviços é de € 15.000,00.

2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.

3. O preço base atrás mencionado foi definido tendo em conta um serviço de auditoria externa já prestado nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar.

Cláusula 13ª - Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e do decreto –lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Cláusula 14ª - Adiantamentos

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15ª - Penalidades contratuais

1. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.

5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.

7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16ª - Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.

2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.

4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.

8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.

9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 17ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.

2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 18ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

Abrace o ambiente – Adira à fatura eletrónica

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 19ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 20ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

Cláusula 21ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

Cláusula 22ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24ª - Especificações técnicas

Aquisição de serviços para a auditoria e avaliação do serviço prestado pela Entidade Fornecedora do Programa Alimentar dos Estabelecimento do 2 e 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário do Concelho de Cascais.

REQUISITOS DA EMPRESA A CONTRATAR

A empresa a contratar deverá.

a) Ter certificação pela ISO 9001 referente ao sistema de gestão de qualidade no âmbito compatível com a prestação dos serviços que constituem a designação deste procedimento (consultoria na área alimentar)

b) Ter próprio ou contrato com laboratório de análises certificado.

c) Ter comprovativo da prestação de serviços de consultoria na área alimentar, a entidades públicas ou privadas, no âmbito do acompanhamento de sistemas HACCP até à respetiva certificação por uma entidade externa para o efeito acreditada e/ou renovação/manutenção da certificação (HACCP ou ISO 22000)

- **SERVIÇOS A PRESTAR**

Compete à empresa auditora proceder, periodicamente, à **verificação** e **realização** dos seguintes pontos:

a) Cumprimento por parte do fornecedor de refeições, do acordado em caderno de encargos assim como de todas as normas exigidas por lei para a restauração coletiva, principalmente do Cumprimento das boas práticas, procedimentos e registos HACCP;
b) Condições estruturais e equipamentos das copas/cozinhas e dos refeitórios;
c) Avaliação da capitação através de:
    i. Visualização do empratamento, em todas as escolas;
    ii. Confirmação nas cozinhas com confeção local, através de cálculo, se a quantidade de proteína utilizada está de acordo com as recomendações do Ministério e estabelecidas no caderno de encargos.,
d) Avaliação organolética da comida (com prova de refeição);
e) Verificação de RH, confirmar se o número total de funcionárias da empresa fornecedora de refeições e respetivas categorias cumpre o mínimo exigido em caderno de encargos assim como o que foi respondido em concurso.
f) Verificação se o pessoal que presta o apoio ao refeitório tem perfil adequado às funções que desempenham, incluindo a relação com as crianças e se têm formação na área de higiene e segurança alimentar;
g) Cumprimento das corretas condições de Transporte a quente de refeições, caso exista esta modalidade de fornecimento;

h) A título informativo, verificação das condições do serviço de cesto (crianças que trazem almoço de casa)
i) Serviços extra visita regular, nomeadamente:
   i. Na eventualidade de ocorrência de intoxicação alimentar, suspeita de comida estragada ou outra causa que o serviço municipal gestor das refeições entenda, deve prever-se, um máximo de 7 visitas extra, de recolha de amostras para realização de análises para despiste ou confirmação de intoxicação.
   ii. Apoio técnico especializado dentro do contexto da auditoria alimentar que inclui reuniões, análise de documentos, parecer técnicos, elaboração de plantas para alteração de obra ou outro que o município necessitar.
j) Recolha de amostras para realização de análises microbiológicas, que deverão ser efetuadas a:

- Uma refeição confecionada;

- Uma superfície de trabalho ou um equipamento ou um utensilio ou palamenta

- Às mãos de um elemento da equipa escolhida aleatoriamente e rotativamente.

Para estas amostras deverão ser efetuadas as seguintes análises, utilizando para a obtenção de resultados, os limites estabelecidos pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge (instituto de referência):

- Refeição confecionada:

  - Contagem de microrganismos a 30ºC

  - Contagem de coliformes totais

  - Contagem *Escherichia coli*

  - Contagem de estafilococos coag. Pos.

  - Pesquisa de esporos de clostrideo sulfito redutores

  - Número de colónias de bolores e leveduras

  - Pesquisa de *Salmonella* spp.

  - Contagem de *Listeria* spp.

- Superfícies/equipamentos

  - Contagem de microrganismos a 30ºC

  - Contagem de enterobacteriaceas

- Mãos dos manipuladores

- Contagem de microrganismos a 30ºC

- Contagem de estafilococos coag. Pos.

- Contagem de enterobacteriaceas

- **PERIODICIDADE:**

Deverão ser efetuadas 3 visitas de auditoria sempre com recolha de amostra durante o período letivo, uma visita a cada estabelecimento por período letivo.

4. LOCAIS A EFETUAR AUDITORIA:

1- EB1 Amoreira nº2 / JI Pai do Vento EB1 S. Domingos de Rana nº1
2- EB1/JI das Areias
3- EB1/JI Rómulo de Carvalho
4- EB1/JI Raúl Lino
5- EB1/JI Areia/Guincho
6- EB1 Parede
7- EB1 Alto da Peça
8- EB1 S. João do Estoril
9- EB1/JI Galiza
10- EB1 Trajouce

- **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA:**

Os resultados devem ser enviados por e-mail e deve ser um relatório por cada escola auditada incluindo toda a informação sobre os itens exigidos no ponto II alínea 1, sendo de formato livre. No entanto, de uma forma clara e resumida, deverão estar os seguintes assuntos:

(a) Quantidades de comida (principalmente proteína) – descriminado por escola e incluindo comentários das escolas;
(b) Avaliação da prova organolética da comida, com comentários;
(c) RH
(d) HACCP – com anotação das não conformidades mais graves e/ou mais recorrentes com sugestões de melhoria;
(e) Avaliação das condições estruturais dos refeitórios, copas e cozinhas das escolas com anotação das não conformidades mais graves e/ou mais recorrentes;
(f) Resumo dos resultados das análises microbiológicas com sugestões de melhoria.